

Hora de união

Não há dúvida de que os remédios econômicos ontem anunciados são amargos e produzem efeitos colaterais diversos e preocupantes que afetam o conjunto da população. Pode-se divergir de uma ou outra medida, do peso dessa ou daquela providência. Nas circunstâncias, porém, não é possível supor que a medicação fosse amena.

Trata-se de prevenir o país contra ataques especulativos externos, que põem em risco sua grande conquista: a estabilidade da moeda. Esse o pressuposto básico para discutir o pacote.

É preciso que governo e oposição se despojem da retórica viciada de um discurso político que atribui responsabilidades sempre ao oponente e não facilita a conscientização da sociedade para a gravidade do momento. O governo insiste em que, se as reformas tivessem sido aprovadas, o quadro seria outro. E a oposição diz que a culpa é única e exclusivamente do governo, que ancorou o Plano Real na areia movediça do câmbio sobrevalorizado. Tal discussão tornou-se agora vazia.

Não adianta discutir o que poderia ter sido, mas o que concretamente o país tem pela frente: uma conjuntura internacional imprevisível, que ameaça as economias globalizadas, sobretudo a de países emergentes, como o Brasil. É preciso prevenir-se, enquanto é tempo.

A massa crítica oposicionista, mais que nunca, torna-se indispensável para que a gestão da crise ganhe maior consistência. O governo precisa de contraponto. Apelou para a tese de união nacional, prontamente recusada. União, porém, não significa necessariamente adesão. Significa concentrar esforços

numa mesma direção — no caso, pela salvação da economia.

A oposição pode — e deve — exercer esse papel como crítica do processo. Não crítica oportunista, de sentido eleitoral, que busca explorar a fragilidade política do momento, semeando tensão e perplexidade na opinião pública, mas crítica construtiva, substantiva, que aponta erros efetivos e alternativas exequíveis.

Sabe-se que o pacote econômico terá, num primeiro momento, efeito purgativo. Para eliminar as toxinas da especulação financeira internacional, vai produzir desarranjos no processo econômico. A alta dos juros, o aumento dos impostos e tarifas, entre outras coisas, acentuam a retração econômica, trazendo consigo o inevitável cortejo de danos sociais: desemprego, tensões sociais, quebra de empresas.

É hora de a elite dirigente — agentes econômicos, partidos políticos, intelectuais, formadores de opinião — separar o joio do trigo, isto é, deve distinguir divergências políticas de ações de interesse público. A crise inesperada inevitavelmente mudará prioridades na agenda política em discussão no Congresso.

As reformas continuam sendo importantes, muito embora não devam ser apresentadas como a salvação da lavoura, pois não o são. Seus efeitos só se farão sentir a médio prazo. São importantes, no entanto, como indicadores de que o país continua emperrado em ajustar-se.

O Brasil está diante de desafio complexo e delicado do qual, no entanto, pode emergir mais maduro e fortalecido. Depende fundamentalmente do comportamento de suas elites dirigentes.